



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES.**

Emenda Supressiva ao Projeto de Lei Ordinária nº 06/2024

Os vereadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos dos artigos 114, VI, e 136, I, ambos do Regimento Interno, vêm, à h. presença de Vossa Excelência, apresentar **EMENDA SUPRESSIVA** ao Projeto de Lei nº 06/2024, mais precisamente a fim de suprimir na sua totalidade o artigo 3º, dando-se a seguinte redação ao referido PLO:

Art. 1º - Fica suprimido o artigo 3º, em sua totalidade, do Projeto de Lei Ordinária nº 06/2024:

Onde se lê: “Art. 3º - Ficam autorizados, até o limite de 5% do valor total do orçamento de 2024, os créditos adicionais destinados a suprir insuficiências nas dotações abertas por créditos especiais.”

Leia-se: “Art. 3º - Suprimido.”

Justificativa:

De início, para um simples e objetivo entendimento da matéria, faz-se necessário citar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 167. São vedados:

(...)

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





**V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia
autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;**

Ou seja, o texto constitucional é claro ao **proibir** a abertura de crédito suplementar ou especial **sem** a prévia autorização legislativa e **sem** indicação dos recursos correspondentes.

O artigo 2º do projeto satisfaz a exigência constitucional de indicação da origem dos recursos que suportarão esse crédito especial, sendo assim perfeitamente constitucional.

Todavia, da mesma forma que o parecer jurídico da Procuradoria, esta CCJ também entende que o artigo 3º é inconstitucional, posto que não há no dispositivo constitucional supracitado a permissão para obtenção de uma ‘*autorização legislativa antecipada em abstrato, imprecisa e inespecífica*’ para abertura de crédito especial como pretende o citado artigo, até porque 5% do valor total do orçamento de 2024 representa aproximadamente R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerando que esse orçamento é de aproximadamente R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Assim, para cada necessidade de eventual crédito suplementar ou especial, deve haver uma autorização legislativa prévia, precisa e específica àquela eventual necessidade.

Sala das Comissões, aos 08 de março de 2024.

Ely Escarpini – Presidente

Evandro Miranda – Relator

Diogo Pereira Lube - Membro

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

